

OFÍCIO Nº 51/2020/AA-CD/ANA  
Documento nº 02500.020471/2020-81

Brasília, 29 de abril de 2020

Ao Senhor  
Marcelo Pereira Borges  
Secretário Executivo  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, S/N - Zona Cívico-Administrativa, Sala 900  
70067 901 – Brasília – DF

**Assunto: Prestação de contas sobre aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.**

Referência: 02501.001295/2020

Senhor Secretário Executivo,

1. A Diretoria Colegiada da ANA, em sua 781ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de abril de 2020, aprovou o Relatório Anual de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água – exercício 2019, sobre aplicação dos recursos da Compensação Financeira do Setor Elétrico pela Utilização de Recursos Hídricos, referida no inciso II, parágrafo 1º, Art. 17 da Lei nº 9.648/1998, conforme Nota técnica nº 34/2020/CPLIN/GGES, de relatoria do Gerente Geral de Estratégia.
2. Por oportuno, encaminho cópia da referida Nota Técnica anexa.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA  
Diretora-Presidente



NOTA TÉCNICA Nº 34/2020/CPLIN/GGES  
Documento nº 02500.016173/2020-96

Brasília, 30 de março de 2020.

Ao Gerente Geral de Estratégia.

**Assunto: Prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648/1998 - exercício orçamentário de 2019**

Referência:

1. Em atendimento ao inciso VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece que a Agência Nacional de Águas deve encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, até o dia 30 de março, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, são apresentadas a seguir as informações relacionadas ao exercício de 2019.

2. A estrutura do documento está organizada da seguinte forma:

1.

- A. Valores ANEEL versus dotação orçamentária da ANA;
- B. Alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017;
- C. ANEXO I - Monitoramento orçamentário 2019 – SIOP;
- D. ANEXO II - Monitoramento PPA 2016-2019 – ano base 2019 – SIOP;

2. **A. Valores ANEEL versus dotação orçamentária da ANA**

3. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, em seu artigo 28 fez alterações no Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, tendo sido definido que 0,75% do valor da energia hidrelétrica produzida ( $0,75\% \times \text{Energia gerada} \times \text{TAR}$ ) se constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e devem ser aplicados na implementação da PNRH. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é a instituição responsável pela apuração do valor a ser transferido à ANA.

4. O quadro abaixo apresenta os valores do Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos referentes ao exercício de 2019 contidos na dotação orçamentária da Agência Nacional de Águas – ANA (no PLOA 2019 foi UO 44205 vinculada ao MMA; após mudança de vinculação para o MDR, passou a ser UO 53210) para

aplicação desses recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 (pág. 492 do Volume IV, Tomo II), assim como os divulgados no site da ANEEL.

**Quadro I – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos – Setor Elétrico**

<b>Dotação inicial aprovada na LOA 2019 - R\$</b>	<b>Dotação final LOA 2019– R\$</b>	<b>Valor recebido informado no site ANEEL – R\$</b>
200.183.137	200.183.137	194.652.754

3. Fonte: SIOP e <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>

5. Como pode ser observado, a diferença do valor aprovado na Lei Orçamentária - LOA de 2019 (R\$ 200.183.137) e o valor de fato recebido pela Agência Nacional de Águas ao final do exercício (R\$ 194.652.754) apresentou uma diferença de R\$ 5.530.383 (cinco milhões, quinhentos e trinta mil, trezentos oitenta e três reais), que representa 2,8% do inicialmente aprovado. Essa diferença se deve à disparidade entre os valores estimados para 2019, tanto de quantidade de energia a ser gerada, quanto do valor da tarifa de energia, no momento da elaboração da proposta orçamentária, que ocorreu em julho de 2018, e os valores de fato realizados durante o exercício de 2019.

**4. B. Alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016**

6. As prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2019 foram definidas pela Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016, de acordo com seu art. 1º abaixo reproduzido:

---

*Art. 1º Aprovar as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 como resultado da segunda revisão do PNRH, complementando e atualizando o Volume IV - Programas Nacionais e Metas, conforme indicado no Anexo.*

---

7. Com intuito de apresentar os dados da aplicação de recursos da cobrança do exercício de 2019 foi elaborado um quadro apresentando a correlação entre as Prioridades, Programas, Ações e Metas da Resolução CNRH nº 181/2016 e as ações do Plano Gerencial Interno da Agência Nacional de Águas com seus dados orçamentários e financeiros, conforme apresentado no Quadro I a seguir:



Quadro II – Correlação dos Programas Priorizados do PNRH com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2019								Plano Gerencial Interno da ANA					
Definidas por consulta na internet à entidades do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CTPNRH										
Prioridades	Programa/ Subprograma PNRH	Objetivo/Escopo Básico	Ações	Metas até 2020	Executor (es)	Parcerias e Interlocutores	Prazo	Ação	Subcomponente	LOA 2019	%	Empenhado R\$	Pago R\$
1. Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Desenvolver indicadores para o monitoramento da implementação dos planos de recursos hídricos.  Desenvolver ações de sensibilização, mobilização e envolvimento da sociedade na elaboração, revisão e acompanhamento da implementação dos planos de recursos hídricos.					NOVA	Desenvolvimento de metodologia para apoiar a implementação e monitoramento dos planos de recursos hídricos	R\$ 463.087	0,3%		
2. Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Promover a articulação entre os planos de gestão territorial e municipal de saneamento com o enquadramento dos corpos d'água.  Definir metodologia para a estimativa do lançamento das cargas difusas em corpos d'água.  Avaliar e desenvolver métodos de diminuição de perdas de água no sistema de distribuição.	Elaborar estudo para o estabelecimento de índices de uso racional da água para os setores saneamento, irrigação e indústria (atende também à prioridade 3).	ANA	MMA, CTCT/CNRH, CBHs	dez/20	P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos		R\$ 891.546	0,5%	R\$ 866.500	R\$ 866.500
3. Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos possíveis impactos na sua disponibilidade, em quantidade e qualidade.	III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários	Promover amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país, apoiado e de forma coordenada com os órgãos estaduais. Ampliação, consolidação e consistência de todos os cadastros sobre usos e usuários de recursos hídricos (federal e estaduais) e campanhas de regularização. Para tanto, cabe a definição de metodologias mais adequadas para a realização dos cadastros, incluindo aquela utilizada nos trabalhos realizados nas bacias do Paraíba do Sul e do São Francisco, em cooperação com os órgãos gestores estaduais.	Desenvolver indicadores para a avaliação da função social e econômica do uso da água, observando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	Divulgar estatísticas e dados atualizados de oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico, por região ou bacia hidrográfica, de forma acessível a toda a população.	ANA e CBHs	MMA	dez/18	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	Elaboração de Estudos de Suporte ao Planejamento e à Gestão de Sistemas Hídricos no Nordeste	R\$ 5.355.613	2,9%	R\$ 5.392.450	6.700.512
			Dar continuidade aos estudos das Contas Econômicas e Ambientais da Água (ANA/IBGE).						Atualização e Aperfeiçoamento do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água	R\$ 4.895.879	2,7%	R\$ 4.895.879	R\$ 3.681.209
			Divulgar, em linguagem acessível, informações sobre oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico.						Monitoramento da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil				
			Promover ações de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas (atende também às prioridades 6 e 12).	Realizar campanha de cadastro integrado de usuários em pelo menos 1 nova bacia hidrográfica interestadual.	ANA e CBHs	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20		Atualização e Aperfeiçoamento do mapeamento de cana-de-açúcar irrigada na região centro-sul do Brasil	R\$ 691.056	0,4%	R\$ 691.056	R\$ 691.056
				Elaborar estudo para o estabelecimento de índices de uso racional da água para os setores saneamento, irrigação e indústria.	ANA	MMA e CTCT/CNRH	dez/20		Parceria com a CONAB para mapeamento de áreas cultivadas com café (BA e GO) e arroz irrigado (RS, SC, PR, GO, MS, TO)	R\$ 127.700	0,1%	R\$ 90.863	R\$ 79.652
				Integrar as bases de dados de outorgas estaduais no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH e disponibilizar as informações para a sociedade.	ANA	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20		Monitoramento e Análise da Qualidade da Água, Saneamento e Doenças Relacionadas à Água	R\$ 127.077	0,1%	R\$ 127.077	R\$ 109.780
									Vários (Plano RH Paraguai, implementação de planos, medidas de adaptação às mc, etc	R\$ 1.187.001	0,7%	R\$ 1.187.001	R\$ 1.122.117
									I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	R\$ 44.206.253	24,3%	R\$ 40.329.031	R\$ 25.165.062
									F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	R\$ 400.838	0,2%	R\$ 311.384	R\$ 242.204
6. Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalização dos usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.	III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos III.5 - Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	Estabelecimento de um conjunto de regras de uso da água e de procedimentos de outorga, de forma articulada entre os órgãos gestores e com usuários de recursos hídricos, que possibilitem a regularização dos usos existentes e o fornecimento sustentável de água para os diversos fins, em um determinado horizonte de tempo, tendo como base as diretrizes emanadas de planos de recursos hídricos. Organizar as ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos, como ação inerente à regulação dos direitos de uso de recursos hídricos.	Promover processos de alocação negociada de água para bacias em situação de escassez, estabelecendo critérios de restrição de uso e ações de gestão.					R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hidr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	Vários	R\$ 1.440.794	0,8%	R\$ 1.134.659	R\$ 1.058.320
			Promover ações de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas.					R002 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água	Idem	R\$ 1.699.634	0,9%	R\$ 1.405.388	
				Realizar campanha de regularização de usuários em pelo menos 1 nova bacia hidrográfica interestadual.	ANA e CBHs	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20	F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	Vários	R\$ 5.218.553	2,9%	R\$ 3.672.387	R\$ 3.120.221
7. Identificar, avaliar e propor ações para áreas com risco de ocorrência de inundações: secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.	Definir áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas e intervenções de natureza multidisciplinar que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos. ... Essa linha de atuação requer forte articulação intersetorial, seja pela alocação de água em situações de escassez, seja pelas intervenções e políticas multissetoriais requeridas para controle de cheias (uso do solo, por exemplo).	Manter e aprimorar os sistemas de monitoramento e alerta em tempo real para eventos de cheia (salas de situação).  Coordenar a operacionalização do monitor de secas do Nordeste, em conjunto com órgãos federais e estaduais responsáveis pelo monitoramento hidrometeorológico.	Elaborar e aprovar Plano de Gerenciamento de Riscos para bacias hidrográficas piloto, em pelo menos duas regiões, com ações preventivas e de contingência e atendimento a emergências para eventos extremos (secas e inundações) e considerando os diferentes planos, entre eles: Plano de Segurança da Água, Plano de Segurança Hídrica, Plano Municipal de Saneamento, Plano de Segurança de Barragens e planos setoriais.	ANA	MMA, MI e MCidades	dez/20	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	Diagnóstico do risco de inundação em bacias hidrográfica	R\$ 2.551.872	1,4%	R\$ 2.360.136	R\$ 578.697



8. Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.	II.1 - Organização e apoio ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Refere-se à atuação do CNRH, de suas câmaras técnicas, de comitês federais e Agências de Água, além dos órgãos federais intervenientes, nomeadamente SRH, ANA e também Ibama, para os quais deve ser traçada uma adequada divisão de encargos e formas de mútua articulação e cooperação. A principal linha de atuação será o fortalecimento de órgãos estaduais gestores e, por intermédio deles, a estruturação das demais instâncias que compõem os SEGRHs, como conselhos estaduais, comitês e Agências de Água.		Implementar, por meio de capacitação, redes de representatividade para os membros do SINGREH.	MMA	ANA, CNRH	dez/18	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	Vários	R\$ 3.175.651	1,7%	R\$ 3.153.242	R\$ 579.398
9. Compartilhar informações, em linguagem clara e acessível, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão.	III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos. IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos XIII - Programa de Gerenciamento Executivo e de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH.	Apoiar executivamente, monitorar e avaliar o processo dinâmico de implementação do PNRH, mediante os instrumentos e os indicadores adequados, para identificar as correções de rumo e os ajustes que se mostrem necessários.		Divulgar anualmente o relatório de conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.	ANA		anual	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos		R\$ 17.536	0,01%	R\$ 17.536	R\$ 17.536
10. Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.	III.2 - Rede hidrológica qualitativa nacional. VI.3 - Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.	Trata da expansão, da modernização, da adequação, da operação e da manutenção da rede nacional de dados hidrológicos e de qualidade da água, operada sob responsabilidades compartilhadas entre a União e os Estados, mediante convênios específicos. Atuar de modo proativo sobre a gestão de demandas por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos instalados e potenciais, proporcionando o uso múltiplo e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sociais e a redução de impactos sobre o meio ambiente.	Investir em monitoramento qualiquantitativo de água superficial e subterrânea. Promover a consolidação e o aprimoramento dos sistemas estaduais de monitoramento dos recursos hídricos.	Elaborar pelo menos um estudo de aquíferos da região amazônica no que se refere à capacidade/potencial.	MMA	ANA, CTAS/CNRH	dez/20	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	Avaliação hidrogeológica da região metropolitana de Belém e Manaus	R\$ 2.333.421	1,3%	R\$ 2.220.471	R\$ 1.950.112
			Integrar o monitoramento de águas superficiais e subterrâneas aos procedimentos de gestão, planos e outorga.	Analisar a rede hidrometeorológica nacional atual e propor sua revisão a partir de critérios técnicos, com início pelas bacias dos Rios Madeira e Paraguai.	ANA	CPRM, Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica		R\$ 56.183.462	30,9%	R\$ 54.262.573	R\$ 39.638.969
			Identificar e georreferenciar mananciais e áreas prioritárias para abastecimento.					H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	Vários	R\$ 12.782.644	7,0%	R\$ 11.851.440	R\$ 6.534.867
11. Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas ou privadas e pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.	III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos VI.5 - Conservação de solos e águas - manejo de microbacias no meio rural.	Empreender estudos sobre alternativas de instrumentos econômicos de gestão, além do foco na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, no intuito de ampliar o arsenal de mecanismos de gestão descentralizada de recursos hídricos. Implementar programas integrados no meio rural que propiciem o ajustamento entre os padrões produtivos de atividades da agropecuária e da aquicultura à conservação dos recursos naturais, em especial dos solos e das águas - e para a recuperação de matas ciliares, inclusive -, concorrendo complementarmente para o incentivo ao associativismo e à consolidação de arranjos institucionais que assegurem a adoção e a sustentação de tecnologias de produção ambientalmente adequadas.	Implantar projetos de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. Recuperar bacias hidrográficas prioritárias. Elaborar e iniciar a implementação do Plano de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Criar mecanismo de investimento reembolsável, como é previsto em Lei.	Implantar ao menos 2 novos projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, incluindo projetos para áreas de nascentes e para áreas de recarga de aquíferos.	ANA		dez/20	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	Apoio a projetos do Programa Produtor de Água	R\$ 5.156.395	2,8%	R\$ 5.114.981	R\$ 243.078
Prioridade definida pela CTPNRH			Ações e metas definidas pela CTPNRH						24 METAS - TOTAL	R\$ 182.091.404	100%	R\$ 170.926.440	R\$ 117.712.914

Ações não priorizadas

RECURSOS DA COBRANÇA	182.091.404	91%	170.926.440	117.712.914
2000 - Administração da Unidade	14.968.460	7%	14.488.914	13.398.289
D001 - COOPERACAO NACIONAL E INTERNACIONAL EM RECURSOS HIDRICOS	3.123.273	2%	2.973.841	2.278.302
TOTAL DE RECURSOS DA COBRANÇA	200.183.137	100%	188.389.195	133.389.505



8. A análise do Quadro II indica que algumas ações do Plano Gerencial da Agência - PGI da Agência contribuem para a implementação de mais de uma prioridade do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como é o caso da ação E001 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos, I001 – Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, G007 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos, R001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta, F001 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos e H002 – Operação da Rede Hidrometeorológica.

9. Como pode ser observado ainda no Quadro II, 91% dos recursos do pagamento pelo uso dos recursos hídricos foram alocados nas prioridades de competência da ANA, definidas nas Resoluções CNRH nº 181/2016 e 189/2017, e apenas 2 (duas) ações do Plano Gerencial Interno da ANA não encontram correspondência total, quais sejam: D001 – Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos e 2000 – Administração da Unidade.

10. Reitera-se, como sugestão de aprimoramento ao processo de definição de prioridades pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que haja uma única Resolução para orientar a Agência na elaboração do Plano Plurianual (PPA) Federal, na implementação do PNRH e na alocação dos recursos do pagamento pelo uso dos recursos hídricos.

5. • Resolução nº 165, de 29 de junho de 2015: estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019;

6. • Resolução nº 181, de 07 de dezembro de 2016: aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.

7. • Resolução nº 189, de 29 de junho de 2017: estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018.

11. O PPA 2020 – 2023 prescindiu de diretrizes consolidadas do CNRH para sua elaboração. As definições de prioridades que orientarão a elaboração do próximo Plano Plurianual (PPA) devem ser elaboradas até março de 2023, viabilizando sua utilização na preparação do PPA 2024-2027.

12. Os dados da execução são apresentados no Quadro III por ação/plano orçamentário da LOA e respectivas ações do Plano Gerencial Interno com dados segregados por grupo de natureza de despesa, sendo 3 – Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos. Os conceitos dos dois grupos são apresentados abaixo, segundo o Manual Técnico do Orçamento de 2019:

#### “3 - Outras Despesas Correntes

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

#### 4 - Investimentos

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.”

13. Cabe esclarecer que a execução de contratos de prestação de serviços como consultorias, elaboração de estudos e diagnósticos, licenças de software e os contratos do PROGESTÃO e RNQA são classificados como despesas correntes.



Quadro III – Dados da Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesas

LOA	Distribuição por Área		GND	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado e Pago
				( A )	(D)	(F)
	ADMINISTRAÇÃO			18.091.733	17.462.755	15.676.591
2000.0000	SAF	2000 - Administração da Unidade	3	14.597.008	14.189.897	13.099.273
2000.0001		200A - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3	320.000	277.754	277.754
2000.0002		200B - Implementação da A3P (Fonte 183)	3	51.452	21.262	21.262
20WI.000E	GAB	D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	3	3.123.273	2.973.841	2.278.302
	HIDROLOGIA			71.517.978	68.474.150	46.752.533
2378.0000	SGH	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	3	49.213.462	47.876.797	39.256.959
			4	6.970.000	6.385.776	382.010
20WI.000D		H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	3	12.782.644	11.851.440	6.534.867
20WI.0000B	SOE	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	3	2.551.872	2.360.136	578.697
	GESTÃO			45.205.492	43.313.231	31.260.246
20WI.0006	SAS	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	3	3.175.651	3.153.242	579.398
20WI.0009		G008 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacia Hidrográfica e Órgãos Gestores Estaduais	3	33.648.479	31.958.038	27.621.158
20WI.0002	SIP	P002 - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	3	2.333.421	2.220.471	1.950.112
20WI.0007		P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	3	5.156.395	5.114.981	243.078
20WI.0001		P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos	3	891.546	866.500	866.500
	PLANEJAMENTO			56.608.115	52.615.242	35.279.390
20WI.0001	STI	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos - SNIRH	3	36.972.494	34.878.185	21.817.513
			4	7.233.759	5.450.846	3.347.549
20WI.0004	SPR	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	3	12.201.862	12.117.376	9.995.328
			4	200.000	168.834	119.000
	REGULAÇÃO			8.759.819	6.523.817	4.420.745
20WI.0008	SFI	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	3	400.838	311.384	242.204
4926.0002		F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	3	4.928.553	3.648.770	3.096.604
			4	290.000	23.618	23.618
4926.0001	SRE	R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídric., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	3	1.440.794	1.134.659	1.058.320
4926.0003		R002 - Intervenções Emergenciais para Efetivação dos Processos de Alocação de Água	3	1.699.634	1.405.388,12	0
TOTAL GERAL				200.183.137	188.389.194	133.389.505

Fonte: SIAFI Gerencial, posição 31 /12/2019. Consultado em 10/01/2020.



14. Por fim, solicita-se encaminhar o presente documento para conhecimento, **aprovação** da Diretoria Colegiada e envio à Secretaria Executiva do CNRH até dia 30/03/2020.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
**SÉRGIO VINÍCIUS M. DO V. CÔRTEZ**  
Coordenador de Planejamento Institucional

De acordo. À SGE.

(assinado eletronicamente)  
**NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO**  
Gerente Geral de Estratégia



DESPACHO Nº 6/2020/DIREC  
Documento nº: 02500.016870/2020-47

Brasília, 3 de abril de 2020.

**Assunto: Informe sobre inclusão em Ato de Convocação de DIREC.**

Informo que a matéria encontra-se pautada no Ato de Convocação da 781ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL  
Secretário-Geral



DESPACHO Nº 248/2020/SGE  
Documento nº: 02500.017280/2020-31

Brasília, 7 de abril de 2020.

Ao Gerente Geral de Estratégia

**Assunto: Proposta sobre prestação de contas ao CNRH**

Referência: Doc. 016173/2020

Informo que a Diretoria Colegiada da ANA, em sua 781ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de abril de 2020, **aprovou**, por unanimidade, a proposta sobre prestação de contas ao CNRH, relativa à aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, exercício 2019, conforme Nota Técnica nº 34/2020/CPLIN/GGES (Doc. 16.173/2020) e exposição da GGES.

Esta Secretaria Geral encontra-se à disposição para as informações complementares que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL  
Secretário-Geral

